



Análise do Discurso no blog RadFem: ser mulher para além do corpo

RadFem blog' Discourse Analysis: Being a Woman Beyond the Body

Rafael De Tilio

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais / Brasil
rafaeldetilio.uftm@gmail.com

Paola Marques Del Nero

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais / Brasil
pamarqdel@hotmail.com

Resumo: Sendo a internet um campo de disputas, há também, nesse sentido, espaço para os movimentos sociais. A popularização da internet permitiu a consolidação de redes de contatos que se constituíram como organizações políticas e grupos feministas. Valer-se das mídias sociovirtuais para fazer feminismo é, potencialmente, aproximar mais pessoas das discussões. Nos campos teórico e político, ao problematizar a categoria mulher (ou mulheres), perguntando quem são as mulheres, as feministas têm enfrentado o debate contemporâneo sobre identidade (e sujeito) de diferentes maneiras, sendo variadas, também, as posições teóricas e políticas. Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa foi compreender os efeitos de sentidos produzidos sobre a categoria mulher e suas interlocuções no blog RadFem (feminismo radical), a partir da Análise do Discurso (AD) de Michel Pêcheux. Perante o que foi exposto na análise, faz-se possível elencar alguns efeitos de sentidos presentes no blog RadFem sustentados em discursos pautados em concepções binárias de perspectiva biológica e opressoras para caracterizar o que se entende por mulher. Assim, ressalta-se que a AD mostra-se como uma possibilidade de interpretação para a abordagem dos temas que relacionem sexualidade, gênero e Psicologia Social.

Palavras-chave: análise do discurso; feminismo radical; blog; mulher.

Abstract: Word Wide Web is a field of disputes and a space for social movements. The popularization of the internet allowed the consolidation of networks that constituted themselves as political organizations, alike the feminist groups. Feminism by virtual sexual networks (as internet) potentially bringing people closer to the discussions. In the theoretical and political fields, by questioning the category of woman (or women) – asking who are women feminists have faced the contemporary debate on identity (and subject) in different ways, and theoretical and political positions have also varied. The objective of this research was to understand the effects of senses produced (discourses) on the woman category and their interlocutions in a blog post RadFem (radical feminism), from Michel Pêcheux's Discourse Analysis (AD). It is possible to list some effects of senses present in the blog RadFem sustained in discourses: based on binary conceptions of biological perspective and oppressors to characterize what is meant by woman. Thus, it is emphasized that the AD is shown as a possibility of interpretation approach to sexuality, gender and Social Psychology.

Keywords: discourse analysis; radical feminism; blog; woman.

Recebido em 09 de julho de 2018

Aceito em 16 de setembro de 2018

1 Introdução

A chamada primeira onda do feminismo moderno teve seu início a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo o primeiro deles o direito ao voto, assim como no Brasil. Este feminismo inicial perdeu força a partir da década de 1930 e só aparecerá novamente, com importância, na década de 1960 (PINTO, 2010).

Durante a década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista ressurgiu potencializado, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O movimento aparece, então, como algo libertário, que não quer só espaço (no trabalho, na vida pública, na educação) para a mulher, mas que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, para que esta tenha liberdade e autonomia sobre sua vida e seu corpo. Isso aponta para o fato de que existe outra forma de dominação (além da de classe), a de gênero, e que uma não pode ser representada pela outra, devido às suas características próprias. Este fato caracteriza a reivindicação mais original do movimento (PINTO, 2010).

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil ocorria um momento de repressão da luta política, obrigando muitos grupos sociais a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha. Foi durante o regime militar que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970 (PINTO, 2010).

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entrou em uma fase de efervescência na luta pelos direitos das mulheres: inúmeros grupos e coletivos passaram a tratar de uma gama ampla de temas – violência, sexualidade, trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, direitos sexuais (PINTO, 2010).

É importante esclarecer que o projeto feminista teve sua origem histórica ligada à tradição moderna. Borges (2014), por exemplo, elenca três elementos centrais na construção teórica do feminismo, oriundos das teorias sociais modernas: a premissa de uma experiência de opressão e dominação compartilhada por todas as mulheres; a aposta na criação de um ator coletivo, portador de interesses, demandas, reivindicações; a criação de uma utopia emancipatória das mulheres. Estas ideias, atualmente, constituem um denso campo de controvérsias e disputas.

Durante a segunda onda do feminismo, surge o Feminismo Radical, nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, caracterizando uma corrente rica em reflexão e investigações acadêmicas sobre a origem das desigualdades sexuais, além da forte militância contra todas as formas de opressão feminina originárias do sistema patriarcal, nominalmente a luta pelos direitos das mulheres, o repúdio contra as violências sexuais e domésticas. Sendo assim, afirma que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades é o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. Para vencer a opressão feminina, as feministas radicais defendem que é fundamental concentrar os esforços na busca das explicações sobre as diferenças entre os sexos e a subordinação da mulher no sistema patriarcal e que as mulheres devem se unir na luta contra os homens, assim como devem rejeitar o Estado e todas suas instituições por serem produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal (SANDERBERG, 2002).

Uma das questões sobre as quais as feministas (não apenas as radicais) têm se debruçado refere-se à suposição de uma identidade comum e universal entre as mulheres. Nos campos teórico e político, ao

problematizar a categoria mulher (ou mulheres), perguntando quem são as mulheres, as feministas têm enfrentado o debate contemporâneo sobre identidade (e sujeito) de diferentes maneiras, sendo variadas, também, as posições teóricas e políticas. Uma das características do feminismo pós-moderno consiste em desautorizar qualquer apelo a noções identitárias calcadas numa essência interna fixa ou fora da história, da linguagem, da cultura e das relações de poder. Se, em um primeiro momento, o feminismo apostou na ideia de uma mesma opressão e de uma mesma identidade, num momento posterior esta universalidade foi duramente criticada, pois foi denunciada como um feminismo produzido por mulheres brancas, heterossexuais, de classe média e intelectualizadas (BORGES, 2014).

Assim, as mulheres que participavam desses movimentos utilizando a categoria gênero como sinônimo de mulher reforçavam a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres não dependiam do sexo biológico e sim dos fatores culturais nos quais as pessoas estavam inseridas (ABDO; PEREIRA; SPIZZIRRI, 2014). O emprego do termo *gênero* facilitou a observação dos papéis sociais e das relações entre feminino e masculino e foi ponto de apoio na composição de subjetividades políticas, públicas e/ou relacionais (ABDO; PEREIRA; SPIZZIRRI, 2014). Porém, Butler (2012), assim como outros autores, faz uso de uma inversão no debate feminista sobre a categoria gênero, com base em seus questionamentos e problematizações. Assim, ao invés de conceder a divisão binária existente entre “gêneros feminino e masculino” como um dado prévio, a autora busca realizar uma genealogia feminista da categoria gênero, com a finalidade de expor e desconstruir sua suposta naturalidade. Nesse sentido, aposta no conceito de gênero performativo, ou seja, não entende o gênero como um conjunto de elementos essencialmente ligados à natureza dos corpos, nem apenas como um conjunto de características culturalmente impostas (ANJOS; LIMA, 2016).

Assim, conforme Butler (2012), o gênero e sua divisão binária são performativamente constituídos no sentido em que só existem a partir do momento mesmo de sua expressão. Dessa maneira, o gênero não estaria ligado a uma essência atemporal de um determinado corpo ou alma, mas é construído a todo o momento pela repetição de uma performance estilizada de feminilidade e/ou masculinidade (ANJOS; LIMA, 2016). Ainda, Butler (2012) constrói uma crítica radical e incisiva à formulação de um conceito fundamental para a história do movimento feminista,

sendo este o próprio conceito de gênero. Contudo, a autora não o faz com fins de dissolver o movimento feminista, mas sua crítica é realizada exatamente na perspectiva de potencialização política do movimento feminista, em contraposição ao seu processo de cristalização pautado pelo enraizamento de suas ações em determinadas formulações essencialistas do conceito gênero. Butler (2012) questiona a suposta necessidade de regularidade e coerência da categoria “mulheres” como essencial para a conquista dos objetivos políticos do movimento feminista. Isso devido ao fato de que, primeiramente, pela própria noção que orienta a busca de um sujeito uno e coerente: a noção de representação. Ou seja, quando se admite previamente a representação como fundamento para a legitimação de um sujeito jurídico, sendo um apelo a uma identidade unificadora das demandas e opressões vividas pelas “mulheres”, é uma estratégia política que se encontra atrelada à obrigação da representatividade. Quando a política é tomada nesses termos, tem-se que, desde o momento de partida, as regras do jogo estão limitadas por princípios de uma formação discursiva a qual tem por base mecanismos de exclusão. Assim, para que se possa ser representado, é necessário que se atenda às exigências requeridas para ser reconhecido enquanto sujeito (ANJOS; LIMA, 2016).

Porém, Anjos e Lima (2016) ainda questionam: até que ponto essa estratégia de política representacional adotada pelo movimento feminista não traria consigo a controversa consequência de tornar concretas as normas de relações de gênero até então instituídas? Dessa forma, de acordo com Coelho (2016), se as formas de produção de existência podem ser mutáveis, a compreensão sobre as questões de gênero pode originar críticas aos binarismos. Nesse sentido, os movimentos sociais transgêneros (doravante trans) problematizam suas categorias universalistas a partir da crítica ao binarismo feminino/masculino, contrariando a ontologia biologicista preponderante na epistemologia da ciência moderna (ALVES, 2017).

A inconsistência epistemológica de um modelo universal de mulher tem conquistado posição nos estudos contemporâneos de gênero, produzindo dissidências no próprio movimento feminista, tais como o feminismo negro, ecofeminismo, transfeminismo, feminismo lésbico, putafeminismo e feminismo jovem. O conceito de interseccionalidade (HENNING, 2015), surgido no âmbito das reivindicações de direitos dos movimentos feministas em interface com raça e classe social, considera tais identidades múltiplas e susceptíveis às diversas formas de

desigualdades, nomeadamente o sexismo, o racismo e a xenofobia, que funcionam juntas, mas de maneiras específicas (ALVES, 2017).

Nesse contexto, as mídias sociovirtuais se tornaram instrumentos de produção e difusão de ideias e podem servir como espaço de ataques e ameaças. Portanto, ser sujeito nas mídias sociovirtuais reflete um processo de comunicação, de relacionamentos, mas também um processo político. Sendo a internet um campo de disputas, há também, nesse sentido, espaço para os movimentos sociais. Desde 1990, década do advento da internet comercial, são comuns referências ao termo ciberfeminismo, sendo que vários grupos foram aglutinados dentro dessa categoria (tecnofeminismo, pósfeminismo, transfeminismo, ciberpunk, póspornografia e ativismo *riotgrrrl*). Essa movimentação se associa à terceira onda do movimento feminista, quando houve renovação prática e teórica sobre os “feminismos” e também sobre a participação das mulheres nos meios tecnológicos (COELHO, 2016).

A popularização da internet permitiu a consolidação de redes de contatos que se constituíram como organizações políticas e grupos feministas (COELHO, 2016). Quando movimentos sociais e sociovirtuais são abordados, estes devem ser vislumbrados do ponto de vista das continuidades e descontinuidades, uma vez que valer-se das mídias sociovirtuais para fazer ativismo político feminista é aproximar mais pessoas das discussões. Utilizar a plataforma digital é uma tentativa de romper com possíveis ciclos de violência e com as tentativas de silenciamento.

É preciso que, pessoalmente ou mediados pela interface digital, seja possível fazer um feminismo com mulheres, mas não contra mulheres. É preciso que “esse” ou “aquele” feminismo não se perca ou se afaste da gênese do movimento e que lute por uma sociedade mais igualitária. É preciso ainda que o feminismo seja uma teoria e uma prática que agreguem mulheres e não que as isolem ou as apartem (COELHO, 2016).

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi compreender os efeitos de sentidos produzidos sobre a categoria de mulher no blog “RadFem” (feminismo radical) a partir da Análise do Discurso de Michel Pêcheux.

2 Dispositivo teórico

A Análise do Discurso (AD) reúne três regiões do conhecimento: a teoria da sintaxe e da enunciação, a teoria da ideologia e a teoria do discurso (determinação histórica dos processos de significação), todas atravessadas por uma teoria do sujeito de natureza psicanalítica. Essa perspectiva teórica e metodológica visa compreender como os sentidos são produzidos a partir de uma análise dos próprios gestos de interpretação que ela, a AD, considera como atos no domínio simbólico. Sendo assim, a AD não se limita à interpretação, mas considera os mecanismos de produção de sentidos como parte dos processos de significação. Logo, não há chave de interpretação, mas sim método e construção de um dispositivo teórico e analítico (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 2014).

Em resumo, a AD visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, ou seja, como ele está investido de significância para e por interlocutores (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 2014). Assim, propõe considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando compreender o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. Isso é compreendido na AD por intermédio do conceito de *Esquecimento Número 2*, sendo este da ordem da enunciação: ao falarmos de determinadas maneiras, famílias parafrásticas são mobilizadas ao longo de nosso dizer que indicam que o dizer poderia ser outro (isto é, poderia ser dito de outra(s) maneira(s)). Tal “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento, que faz acreditar existir uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, fazendo com que pensemos que o dito só pode ser dito daquela exata maneira e não de outra (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 2014).

Quando a memória é pensada em relação ao discurso, aquela é tratada como *interdiscurso*, ou seja, como aquilo que fala antes, em outro e de outro lugar, independentemente. Isso constitui a memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível. Assim, o interdiscurso disponibiliza sentidos que afetam o modo como a significação afeta o sujeito em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 2014).

Portanto, o dizer não é propriedade particular do(s) indivíduo(s). As palavras significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que controla o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo como os sentidos se constituem nele e por ele. Assim, deduz-se que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, que é a que existe entre o intradiscurso (aquilo que estamos dizendo naquele momento, em condições dadas), e o interdiscurso, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação. Assim sendo, a constituição (interdiscurso) determina a formulação (intradiscurso), e é nessa tensão que os sentidos são constituídos (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 2014).

Além disso, pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade, uma vez que esse mecanismo determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Isso significa que é o interdiscurso que especifica as condições nas quais um acontecimento histórico é suscetível de vir a inscrever-se no espaço potencial de coerência próprio a uma memória discursiva (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 2014).

Dessa dita “ilusão” de autoria do discurso, compreende-se o que, na AD, é nomeado como *Esquecimento Número 1*, sendo este o resultado do modo como somos afetados pela ideologia, sendo este esquecimento da instância do inconsciente. Assim, temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos quando, na realidade, os sentidos são retomados do pré-existente. Os sentidos são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela vontade individual. Desse modo, podemos dizer que os esquecimentos (número 1 e 2) são estruturantes, uma vez que eles partem da constituição dos sujeitos e dos sentidos (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 2014).

Os discursos (compreendidos na AD como efeitos de sentidos entre interlocutores) ocorrem a partir de *relações de força*. Segundo essa concepção, pode-se considerar que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Esse mecanismo repousa nas *formações imaginárias* (FImag). Estas explicitam que não são os sujeitos, nem seus lugares empíricos como são inscritos na sociedade que funcionam no discurso, mas sim que os sentidos são constituídos por

meio de imagens desses sujeitos, que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas (os lugares dos sujeitos) para as posições dos sujeitos no discurso. Sendo assim, o que significa no discurso são essas posições, e elas significam em relação ao contexto sociohistórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito). Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sociohistórica (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 2014).

Desse modo, com base em um determinado contexto social e histórico, que abrange valores e sentidos de referências (Formação Ideológica – FI), as palavras/expressões/termos *mudam* de sentido de acordo com as posições discursivas daqueles que as empregam (Formação Discursiva – FD), determinando o que pode ou não pode ser dito. É importante ressaltar que a FI (assim como as FD e as FImag) é inconsciente e interpela os indivíduos em sujeitos dos discursos. Ou seja, quando falamos em FI, é impossível (porque o analista do discurso também é interpelado pela ideologia) ter consciência/conhecimento total desse processo, mas apenas de alguns dos seus indícios.

Assim, podemos compreender que o discurso se constitui em seus sentidos, uma vez que aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma específica FD e não em outra, para ter um sentido. Dessa forma, conclui-se que as palavras não possuem sentidos nelas mesmas, pois derivam seus sentidos das FD em que se inscrevem. A partir disso, as FD representam no discurso as FI (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 2014). Portanto, numa FI há várias FD. E dentro da sua FD de referência os interlocutores (automática e inconscientemente na tentativa de estabilizar seus discursos) se pautam em antecipações dos seus sentidos e dos sentidos dos interlocutores – ao que se denomina FImag, conforme mencionado.

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo classifica-se como qualitativo de caráter exploratório. De acordo com Leite (2008), a pesquisa qualitativa permite analisar os fenômenos considerando o contexto ao qual eles estão inseridos, as causas e interrelações que possam permear entre a análise e as conclusões. O caráter exploratório, como o próprio nome sugere, explora algo novo; além disso, é utilizado quando se tem poucos estudos e conhecimentos científicos sobre o tema.

Um blog (contração de *web* e *log*) pode ser compreendido como um sítio eletrônico que permite a rápida atualização de informações referentes a um autor, assunto ou tema, permitindo participação coletiva ou não, a depender das funcionalidades elegidas e permitidas pelos seus administradores. No caso, o blog RadFem define-se como o site oficial acerca do feminismo radical no Brasil, mas ele recebe/recebeu poucos acessos (apesar de os dados sobre número de sites existentes no mundo, quantos estão hospedados no Brasil, tempo de duração/existência e acesso aos sites etc. não serem exatos), sendo considerado uma plataforma de pouca expressão e limitado alcance (SIMILARWEB, 2018), provavelmente restrito aos seus interessados ou sectários do movimento. Igualmente, não há no blog quaisquer informações referentes aos seus idealizadores e responsáveis, o que lhe fornece uma impressão de universalização, hegemonia e consenso acerca do material e dos argumentos postados.

Assim, no processo de escolha e definição do *corpus*, foi realizada uma leitura cuidadosa de todos os posts do blog (desde junho de 2014 até dezembro de 2017), visando selecionar alguns que enfatizassem a argumentação a respeito da definição da categoria “mulher” a partir da vertente do Feminismo Radical. Por fim, foram selecionadas duas postagens do blog, ambas de 2015: (1) uma postagem intitulada *Saindo do culto trans* (RADFEM, 2015a), publicada originalmente em 11 de Maio de 2015 (este texto foi originalmente publicado em outro blog de nome *Purple Sage* e traduzido para o português com a permissão da autora) e que discorria acerca da não aceitação de mulheres transexuais no movimento, assim como o relato do processo pelo qual a autora (uma autodesignada TERF, acrônimo para *transexclusionary radical feminist*) passou a defender tal argumento; (2) um fragmento destinado ao esclarecimento de dúvidas, intitulado *RADFAQ* (RADFEM, 2015b) e que dispõe da seguinte introdução “Olá! Este é um lugar para tirar dúvidas. Essa seção será constantemente atualizada. Se você tem alguma dúvida que ainda não foi sanada abaixo, deixe nos comentários”. Isto posto, algumas questões foram respondidas pela autora como por exemplo: “Qual a visão de gênero de vocês radfem?”; “Então vocês acham que ter vagina é o que faz de uma mulher, mulher?”; “Mas e as pessoas intersexo?”; “E as pessoas trans?”; entre outras. Sendo assim, tais questões são respondidas e esclarecidas abertamente.

Em termos de etapas para realização da análise do discurso (GOMES, 2007; ORLANDI, 2007), após a seleção das materialidades linguísticas, os analistas consideraram as ocorrências do interdiscurso e do Esquecimento Número 2 na composição dos efeitos dos sentidos (transposição da superfície linguística para objeto discursivo), estabelecendo as FD dominantes nas quais esses objetos discursivos se inscrevem. Após essa etapa, é revelada a Formação Ideológica (FI) que sustenta as FD e as influências das FImag que interpelam os sentidos, valendo-se da análise do Esquecimento Número 1; a esse último movimento (desvelamento da FD e da FI) dá-se o nome de processo discursivo.

4 Resultados e Discussão - Formações Discursivas, Objetos Discursivos e Processos Discursivos

As diferentes concepções referentes ao que se conceitua como mulher, sendo estas pautadas em categorias biológicas e/ou sociais, caracterizam a primeira FD, nomeada como FD1. Dessa maneira, para exemplificar as FD1, foram recortados alguns trechos de uma das postagens (RADFEM, 2015a), destacando duas superfícies linguísticas, especificadas como S1 e S2:

S1: “Li livros sobre transgeneridade e finalmente me decidi que “mulher” era uma categoria social, mas isso nunca foi fácil de explicar” (RADFEM, 2015a, § 02)

S2: “Pensei que eram apenas mulheres que aconteceu de nascerem com as partes erradas” (RADFEM, 2015a, § 02).

E para exemplificar a hipótese de que as ditas TERF, que dizem lutar pelos direitos das mulheres, passam a se comportarem de maneira opressiva em seu discurso, reproduzindo, conseqüentemente, a opressão do patriarcado, foram retiradas duas superfícies linguísticas que caracterizam a FD2.

S3: “O que muitas feministas radicais estão dizendo na verdade é que não concordam com as políticas transgêneras porque as políticas transgêneras em geral são prejudiciais às mulheres, mas elas não desejam que nenhum mal aconteça a quem é transgênero. Elas

estão apenas se preocupando com as mulheres, o que é algo que as feministas sempre fizeram” (RADFEM, 2015a, § 04)

S4: Foi recortado o seguinte trecho: “o feminismo deveria libertar as fêmeas humanas da opressão” (RADFEM, 2015a, § 08).

4.1 Superfícies Linguísticas e Objetos Discursivos

Em relação à FD1, na S1, que constitui um dos efeitos de sentidos da FD1, torna-se possível pressupor que a autora do post se mostra confusa em relação à definição de mulher segundo uma concepção que a caracteriza como uma “*categoria social*”, e também a considera uma questão “*difícil de explicar*”. Podemos inferir aqui que definir mulher segundo uma categoria social implicaria uma discussão referente ao gênero. Assim, devemos partir do pressuposto de que o conceito gênero não é homogêneo dentre as variadas perspectivas teóricas, sendo um objeto de muitos questionamentos (DE TILIO, 2014). Dessa forma, entender que o conceito gênero possui variados sentidos, sustentados em diversas concepções teóricas, implica ampliar as possibilidades de compreensão desse conceito e não adotar uma única explicação como verdade.

No mais, podemos pressupor aqui uma concepção de gênero entendida como uma *categoria social*, a partir dos argumentos de Scott (1995), que propôs uma das primeiras teorizações sobre gênero. Scott (1995) define gênero como o conjunto dos sentidos dinâmicos (não biologicamente determinados) que são construídos nas relações de poder que embasam as relações entre homens e mulheres. Dentro desta perspectiva teórica, a história e os agrupamentos humanos, por meio da cultura e da socialização, organizam de diversas maneiras as relações sociais, e, assim, o gênero não seria a diferença sexual, mas sim as representações e as relações (de poder) produzidas a partir da discutida e polêmica diferença sexual e, portanto, passíveis de alteração. Dessa maneira, não seria a diferença sexual por si só que organiza as relações entre homens e mulheres, mas sim são as relações de poder que definem como os sexos devem manter suas interações e, mesmo que o binarismo (de sexo) continue, o essencialismo biológico de gênero pode ser extinto (DE TILIO, 2014).

É importante ressaltar que, nesse contexto, Butler (2012) pressupõe que a genealogia, em uma perspectiva foucaultiana, toma o gênero e a análise relacional, por ele sugerida, como efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. Além disso, Butler (2012) destaca que suas críticas reflexivas ao gênero e ao feminino se baseiam em duas instituições: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. O feminino, assim como o masculino, não é mais considerado como uma noção estável, nem genuína ou autêntica, assim como o próprio conceito de mulher. Nesse sentido, a autora propõe repensar e problematizar o suposto sujeito universal feminismo (ALVES, 2017).

Isso exemplifica como as produções de sentidos sobre gênero e sexo estão instruídas e condicionadas às FD e FI, que ditam diversas concepções sobre o que torna uma pessoa mulher ou homem, elencadas em compreensões biológicas e/ou representadas por papéis sociais. E, apesar do fato de haver múltiplos significados da categoria gênero, que reverberam, portanto, em disputas teóricas e se materializam em políticas públicas que podem encarnar uma concepção biologizante das identidades, ressalta-se que, para Butler (2012), o gênero não está passivamente inscrito sobre o corpo como um recipiente sem vida. O que se supõe como uma característica natural dos corpos é algo que se antecipa e que se produz mediante certos gestos corporais naturalizados – performatividade (BENTO, 2012). Ou seja, exemplificando, mulheres se comportam como mulheres, agem como mulheres, pois estão inseridas em uma sociedade (FI) que dita quais são determinados papéis para serem executados por uma mulher, e o mesmo vale para os homens.

Outro efeito de sentido nesse primeiro trecho é provocado pelo uso da expressão “*finalmente me decidi*”, que logo se contradiz com “*mas isso nunca foi fácil de explicar*”, já que a autora se convence *a priori* de que mulher se constitui como uma categoria social. Porém, pode-se pressupor que isso não esclarece integralmente, para ela, o que se define como “ser mulher”, valendo-se de explicações biologizantes. Tal concepção será posteriormente analisada, em outro recorte selecionado.

Essas diferenças de concepções se pautam em diferentes FImag a respeito da categoria “mulher”, construídas e constituídas socialmente. Assim, podemos identificar o efeito do interdiscurso que disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Nesse contexto, o fato de o já-dito sobre mulher ser uma

categoria social (segundo a qual a autora do post se convenceu a partir de leituras feitas por ela mesma) afeta a maneira como ela significa para atribuir sentidos e expressar sua opinião a respeito do que se considera mulher. Dessa forma, fica evidente, conforme Orlandi (2007), que o dizer não é propriedade particular e que significa pela história e pela língua.

Em relação à S2 podemos inferir que a autora equivale as mulheres trans aos homens, pois elas nasceram com corpos masculinos ao passo que mulheres de verdade nascem com vagina e útero – e por isso são mulheres *de verdade*. Portanto, como as mulheres trans nasceram e foram socializadas como homens não poder participar dos movimentos feministas por mais que aleguem que nasceram com um corpo errado. As FD e FI que circunscrevem esse efeito de sentido argumentam que é a biologia dos corpos (a natural diferença sexual) que determina os papéis de gênero e a vivência da sexualidade. Maneira mais adequada de dizer isso é considerar que as performatividades normativas são inscritas nos corpos como verdades biológicas (ALVES, 2017).

Fica assim explícita a concepção de sexo e gênero defendida pela autora do post, o que diverge de considerações que afirmam que nem sempre as expectativas sociais relacionadas às pessoas nascidas com determinadas configurações biológicas (femininas ou masculinas) redundarão na identificação com certo gênero (homem ou mulher), conforme argumenta Bento (2012) em seus estudos sobre a vivência transexual. E, no que se refere às mulheres transexuais, é notório que, em nossa sociedade pautada em uma concepção patriarcal, machista e binária, elas não recebem o mesmo tratamento dado às mulheres cisgênero¹, tidas como mulheres “de verdade”, uma vez que possuem útero e vagina, tampouco as mesmas oportunidades, de modo que as mulheres transexuais, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são pelo sexismo, de base biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade.

Agora, em relação à FD2, foram mobilizadas duas superfícies linguísticas. Na S3, ao afirmarem que “*não desejam que nenhum mal aconteça a quem é transgênero*”, estão atribuindo sentido ao termo “mal” a partir de seus interesses e necessidades pessoais, ignorando a opressão que causam aos transexuais, mais especificamente às mulheres

¹ Denomina-se cisgênero ou “cis” pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento.

trans, que se deparam com um feminismo conservador, o qual rompe com a possibilidade de se viver o gênero fora dos marcos das identidades genitalizadas (ALVES, 2017).

Podemos identificar, então, relações de força presentes nesse objeto discursivo, uma vez que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. E estas ditas relações de forças, sustentadas no poder desses diferentes lugares, se fazem valer na “comunicação”. Ou seja, a autora da postagem, ao afirmar que não deseja que nenhum mal aconteça a quem é transgênero, desconsidera o sofrimento e a negação de direito que causa a essas pessoas não serem reconhecidas como mulheres e serem desapropriadas de um lugar no movimento feminista, similarmente ao que o patriarcado provoca nas mulheres. Mas é importante dizer que nem todas as feministas radicais são TERF. Todavia, no caso da autora da postagem, é evidente a desresponsabilização das TERF pela opressão das mulheres (mesmo as trans) realizada por mulheres que, ao seu ver, lutam por direitos das mulheres.

Conforme Zirbel (2007) argumenta, para as feministas radicais, o patriarcado era um sistema sexuado de poder e dominação no qual os homens possuem privilégios e controle sobre a sociedade e sobre o corpo das mulheres, utilizando-se dos mais diversos meios para este fim (pornografia, estupro, violência doméstica, assédio sexual, leis restritivas sobre a contracepção, esterilização e aborto, etc.). De acordo com Zirbel (2007, p.7), o patriarcado estaria presente “(...) em todas as sociedades históricas e em todas as relações sociais, sendo responsável pela exclusão sistemática das mulheres de todas as instâncias de poder e pela permanente desvalorização dos papéis e tarefas a elas atribuídos”.

Ainda, ao afirmar que “*estão apenas se preocupando com as mulheres, o que é algo que as feministas sempre fizeram*”, isso pode ser assemelhado ao funcionamento do Esquecimento Número 2 e, assim, podemos identificar um “não-dito”, caracterizado como um não dizer, já que o dito traz consigo necessariamente um pressuposto, não-dito mas presente (ORLANDI, 2007), o qual reafirma a posição da autora do post quanto à relevância de um determinismo biológico em detrimento das construções sociais e sexuais dos indivíduos. Dessa forma, poderiam ter dito que estão apenas se preocupando com as mulheres “de verdade” (detentoras de útero e vagina), uma vez que excluir mulheres trans (entendidas por elas como homens) do movimento garantiria uma proteção dos direitos de pessoas biologicamente mulheres. O funcionamento

do Esquecimento Número 2 esclarece que, se outras palavras fossem utilizadas, outros seriam os efeitos de sentidos produzidos (ORLANDI, 2007).

Já na S4, o sentido atribuído pela autora, ao utilizar do termo “*deveria*”, ilustra o funcionamento do Esquecimento Número 2, que poderia vir a expressar sua opinião a respeito de sua insatisfação de aceitação de mulheres trans no movimento. Podemos, assim, pressupor que a autora considera a participação de mulheres trans como uma opressão provocada por homens, sendo esta a mesma opressão praticada por homens que se reconhecem como homens. Ou seja, para elas, mulheres trans no movimento feminista provocam um desfalque dos interesses das consideradas, por elas, como mulheres “de verdade”. Desta forma, poderia ter sido dito: “o feminismo deveria libertar as mulheres com útero e vagina da opressão causada por homens”, sendo estes considerados os que possuem pênis, independente de sua categoria social e desejos.

Ainda, a partir dessa S4, é possível presumir que a opinião da autora do post pode vir a reproduzir a mesma opressão que o feminismo combate: a do patriarcado. Nesse sentido, com a proliferação dos movimentos feministas (pautados numa luta por uma sociedade livre do patriarcado, que espera que as mulheres não sofram mais com a opressão de gênero, que as relações sociais entre homens e mulheres não sejam tão assimétricas, que as mulheres sejam ensinadas a se empoderarem e não se alienem diante de seu gênero), fica contraditório excluir uma parcela dessas mulheres, ditas aqui como tal, por não possuírem em sua constituição biológica útero e vagina, sendo consideradas mulheres “ilegítimas”, uma vez que uma dada configuração do corpo (entende-se aqui como corpo biológico) não deveria condicionar a um modo de estar no mundo, sentimentos, comportamentos ou inclinações eróticas.

4.2 Processo Discursivo

Na perspectiva da AD, a compreensão do processo discursivo visa explicitar as condições materiais de produção dos sentidos, ou seja, quais são as principais FD, FImag e FI concernentes à produção dos discursos (ORLANDI, 2007). Ou seja, como o Esquecimento Número 1 interpela a produção dos sentidos entre os interlocutores. Dessa forma, o analista constrói um percurso que procura relacionar as FD com a FI (GOMES, 2007).

Sendo assim, ressalta-se que, a partir do Esquecimento Número 1, sendo este da instância do inconsciente, tem-se a ilusão de sermos a origem do que dizemos, quando, na verdade, sentidos já definidos interpelam os sujeitos (ORLANDI, 2007). Esse esquecimento também é conhecido como esquecimento ideológico e, na AD, o indivíduo é interpelado pela ideologia, para que se produza o sentido, situando-os em FD específicas. Nesse contexto, é importante destacar a(s) influência(s) da Ideologia e da(s) ideologia(s)² (PÊCHEUX, 2014) na constituição do sujeito e dos sentidos. Assim considerada, a ideologia é a função da relação necessária entre linguagem e mundo (ORLANDI, 2007). Portanto, no *processo discursivo*, revelam-se quais FI que sustentam as FD e quais as influências das FImag, valendo-se da incidência do Esquecimento Número 1.

Após a análise das superfícies linguísticas (S1 a S4), depreende-se que a *sociedade patriarcal machista e autoritária* caracteriza um dos principais aspectos da FI da nossa sociedade, que sustenta a argumentação da autora do post, quando esta se mostra contra a inclusão de mulheres trans no movimento feminista radical e, assim, passa a reproduzir (mesmo sem se dar conta disso) o que o patriarcado provoca *nas mulheres*: opressão.

De acordo com Zirbel (2007), o argumento do patriarcado começa a ser utilizado no final do século XIX, entre as feministas radicais estadunidenses, como explicativa para a subordinação das mulheres. Ainda segundo a autora, o conceito de patriarcado se mostrou útil do ponto de vista da mobilização política e foi importante na medida em que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo, tendo como objetivo demonstrar que a subordinação da mulher não era natural, mas enraizada nas práticas sociais.

O patriarcado traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre indivíduos com poderes desiguais e oferece os dispositivos

² Ideologia [em geral, com i maiúsculo] é “uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história”, ou seja, é a interpelação (inconsciente) que transmuta o indivíduo em sujeito (PÊCHEUX, 2014, p. 137); e ideologia(s) (com i minúsculo) seria a série de valores destacada e reconhecida, em grupos/sociedades específicas, como a desejável de ser incorporada/exercida pelos sujeitos.

para explicações referentes às desigualdades e a dominação/opressão (ZIRBEL, 2007). Nesse sentido, é possível que mulheres transexuais, por não possuírem útero e vagina em sua constituição biológica natural, sejam consideradas como homens (uma vez que foram socializadas segundo os esquemas masculinizatórios) e, inferiores, por algumas feministas radicais. Dito de uma maneira mais explícita, as feministas radicais propõem uma análise de gênero partindo da raiz das opressões (o patriarcado), mas, ao ignorarem a existência das diversidades de identidades de gênero³ (SILVA, 2015), reproduzem uma opressão de cunho similar à proveniente do patriarcado, porém com mulheres trans. Nesse sentido, seguindo os argumentos de Praun (2011), a ideologia dominante difundida consegue manter uma ordem social que perpetua as relações de poder dissimétrica entre os sexos.

Disso se infere outra FI, que sustenta concepções biologizantes sobre o que se considera ser mulher. De acordo com Zirbel (2007, p. 46), “(...) as feministas radicais trabalhavam com uma categoria universal de mulher que incluía traços biológicos e aspectos socialmente construídos, criando uma identidade coletiva válida para diferentes culturas e tempos históricos”. Os elementos em comum (pautados em aspectos biológicos/essencialistas) equivaleriam em sentidos para caracterizar alguém como mulher.

Nesse sentido, essa FI pautada no essencialismo biológico atesta as FD referentes às discussões do feminismo radical acerca da exclusão de mulheres trans, uma vez que essas (por não possuírem útero e vagina) não são consideradas mulheres de verdade, embora se sintam e se autodeclarem como tal. Sendo assim, as ditas TERF passam a reproduzir padrões e estereótipos cisgêneros e sexistas, enfatizando que aspectos biológicos seriam determinantes para a construção da sexualidade humana assim como das relações de poder. Afinal, segundo Alves (2017), o que leva a legitimidade de um modelo de mulher ser pautado na presença ou não de vagina e útero?

³ A identidade de gênero pode ser traduzida pela convicção de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para machos e fêmeas. As identidades definem-se em termos relacionais e, enquanto categorias, podem organizar e descrever a experiência da sexualidade das pessoas. Na sociedade contemporânea, as identidades tornam-se instrumentais para reivindicação por legitimidade e respeito.

A partir do que foi exposto, podemos compreender a diferença entre homens e mulheres como não-determinada biologicamente e, por isso mesmo, imutável, passando a considerá-la do ponto de vista psicossocial e, assim, como algo sujeito à mudança (PRAUN, 2011). De acordo com Alves (2017, p. 09), a partir das explicações de que existem diversas práticas discursivas (médica, psicológica, jurídica, autobiográfica) que ampliam as discussões a respeito das diferentes perspectivas teóricas sobre o universo trans:

Se não existe uma essência sexual [...], se a heterossexualidade não é a única norma social viável [...], se a narrativa autobiográfica consiste num fator determinante na expressão de gênero [...], se o corpo pode ser moldado pela tecnologia [...] e pelo desejo [...], definitivamente, não há mais espaço para um discurso de naturalização e legitimação de um único modelo de mulher. Partindo desta concepção, não é possível conceber um gênero original e muito menos genuíno ou essencialista. Sendo uma mulher cisgênero ou uma mulher transgênero, torna-se possível pensar apenas em gêneros flexíveis, múltiplos e instáveis, gêneros - escrito no plural, pois, assim grafados, afirmam a pluralidade e a diversidade, promovendo rupturas e fissuras no enquadramento reducionista, higienista e eugenista de sujeitos e corpos.

É importante ressaltar que as concepções hegemônicas de masculinidade e feminilidade dependem do momento histórico, das leis, das religiões, da organização familiar e política, dentre outras. São esses fatores que levam a sociedade a construir, em determinado momento histórico, a concepção de gênero considerada verdadeira, normal e adequada, sendo por meio da linguagem (e do discurso) que se estabelecem e se mantêm as relações sociais e de poder.

5 Considerações Finais

Ressalta-se que a AD mostra-se como uma possibilidade de interpretação para a abordagem dos temas relacionados à sexualidade, gênero e Psicologia Social. Assim, a linguagem passa a ser um elemento envolvido na elaboração do pensamento e na interpretação da mensagem comunicada e não apenas um código para a comunicação humana, sendo responsável por guiar as percepções dos indivíduos, construindo e criando as interações sociais, além de permitir a cristalização das

relações de poder. Nesse sentido, ela (a linguagem) seleciona quem tem mais poder para atribuir sentidos, provocando uma naturalização dos sentidos atribuídos.

Perante o que foi exposto na análise, faz-se possível elencar alguns efeitos de sentidos presentes no blog RadFem sustentados em discursos pautados em concepções binárias, essencializantes e opressoras para se caracterizar a mulher. Assim, foi interpretado que a autora do post passa a considerar relevante um determinismo biológico em detrimento das construções sociais e sexuais dos indivíduos, já que não identifica como mulher indivíduos que não possuem útero e vagina desde o nascimento. Em função disso, não considera o direito de participação de mulheres trans no movimento feminista radical e reproduz, mesmo sem se dar conta disso, uma opressão similar à que o patriarcado provoca nas mulheres.

Contudo, essa repressão de uma dita “minorias”, no caso, mulheres transexuais, coloca em pauta a discussão acerca da necessidade de construir políticas públicas para assim conceber mudanças em variados segmentos sociais: no plano jurídico, no sistema de saúde, no âmbito escolar, assim como incentivar pesquisas sobre as diversidades sexuais.

Por fim, é relevante destacar que, apesar de as mídias sociais atuarem como campos de disputas e aproximarem mais as pessoas de discussões, essa pesquisa possui a limitação de ter utilizado apenas um blog como instrumento. Além disso, esta pesquisa abordou apenas quatro trechos de uma postagem de um blog específico que discorre sobre interesses da vertente feminista radical. Nesse sentido, uma AD de outros textos e contextos que abordem a questão do que se compreende ser mulher (e suas interfaces) se faz necessária e interessante para uma compreensão mais ampla referente ao tema. Outra potencialidade seria incluir na análise relatos e opiniões de mulheres trans para ampliação de discussões a respeito das diferentes possibilidades de se compreender o ser mulher. Por fim, compreender os diferentes modos de se expressar no mundo é permitir refletir a respeito da fluidez e da multiplicidade possível de existência de distintas identidades sexuais.

Contribuição dos autores

Os autores contribuíram igualmente em todas as etapas (concepção, delineamento metodológico, coleta e análise dos dados e redação científica) desta pesquisa e artigo.

Referências

ABDO, C. H. N.; PEREIRA, C. M. A.; SPIZZIRRI, G. O termo gênero e suas contextualizações. *Diagnóstico & Tratamento*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 42-44, 2014.

ALVES, C. E. R. Mulheres cisgênero e mulheres transgênero: existe um modelo legítimo de mulher? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; WOMENS' WORLDS, 13th., 2017, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2017.

ANJOS, K. P. L.; LIMA, M. L. C. Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p.49-56, 2016.

BENTO, B. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2655-2664, 2012.

BORGES, L. S. Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias. *Psicologia Social*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 280-289, 2014. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200005>

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

COELHO, M. P. Vozes que ecoam: Feminismo e mídias sociais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del Rei, v. 11, n. 1, p. 214-224, 2016.

DE TILIO, R. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Revista Gênero*, Niterói, v. 2, n. 14, p. 125-148, 2014.

GOMES, A. M. T. Do discurso às formações ideológica e imaginária: análise de discurso segundo Pêcheux e Orlandi. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 555-562, 2007.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

LEITE, F. T. *Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros*. Aparecida: Idéias & Letras, 2008.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>

PRAUN, A.G. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. *Revista Húmus*, São Luís, n.1, p.55-65, 2011.

RADFEM. *Saindo do culto trans*. 2015a. Disponível em: <<http://radfem.info/2015/05/>>. Acesso em: 08 maio 2018.

RADFEM. *RADFAQ*. 2015b. Disponível em: <<http://radfem.info/radfaq/>>. Acesso em: 08 maio 2018.

SANDENBERG, C. Estudos feministas: um esboço crítico. In: SIMPÓSIO CEARENSE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, I, 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: UFC, 2002.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v.20, n.2, p.72-89, 1995.

SILVA, C. G. *Orientação sexual, identidades sexuais e identidade de gênero*. [Apostila do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica Módulo 3 Sexualidade e Orientação Sexual]. São Paulo: COMFOR, 2015.

SIMILARWEB *RadFem Info*. 2018. Disponível em: <<https://www.similarweb.com/website/radfem.info>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

ZIRBEL, I. *Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.